



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17437 - Resumo Expandido - Trabalho - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

**A AUSÊNCIA NEGRA E SUAS MARCAS NOS MANUAIS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI**

Joatan Nunes Machado Junior - UFOP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Margareth Diniz - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Ludmilla Santos de Barros Camilloto - UFOP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPEMIG

## **A AUSÊNCIA NEGRA E SUAS MARCAS NOS MANUAIS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI**

Esta pesquisa de mestrado em Educação analisou todos os manuais didáticos, encontrados até então, da História da Educação, disciplina obrigatória em quase todos os cursos de licenciaturas para a formação de professores da educação básica no Brasil, que tratam a questão da presença da História e Cultura da África e dos Afro-brasileiros em seus textos. Tais manuais foram editados e escritos no Brasil, sobretudo a partir da última LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 1996. O foco desta pesquisa se dá na relação entre os manuais didáticos (livros) adotados para a formação de professores, as políticas públicas para a implementação da lei 10.639/03, que altera a LDB 9.394/96, tornando obrigatório o ensino de história da África e dos afro-brasileiros na educação básica, e pesquisas desenvolvidas nas universidades brasileiras e, também, as publicadas na Revista Brasileira de História da Educação, a partir do seu primeiro dossiê sobre a temática, no ano de 2002, um ano antes da referida alteração.

Existe no Brasil uma longa historiografia que se dedicou a estudar o negro, especialmente no que circunscreve o período da escravidão, associando negros e escravos que “[...] foram compreendidos como sinônimos” durante muito tempo, o que resultou “[...] na construção de concepções que reduziram ambos à condição de objetos”, ou seja, indivíduos

sem nenhuma autonomia, sem nenhum direito de agir na sociedade escravista (FONSECA, 2016, p. 23-24).

A condição de vida da população negra foi marcada pela Abolição da Escravatura, em 1888, e também pela Proclamação da República, em 1889, que segundo Domingues (2008, p. 120), foi alicerçada nos postulados do “[...] racismo científico e do darwinismo social e lançou o Brasil numa campanha nacional para substituir a população mestiça brasileira por uma população ‘branqueada’ e ‘fortalecida’ por imigrantes europeus”, essas ações foram implementadas pela elite brasileira por meio de políticas públicas. Os recém-libertos e os afrodescendentes foram privados – ou encontraram dificuldades – “de acesso ao emprego, à moradia, à educação, à saúde pública, à participação política, enfim, ao exercício pleno da cidadania”. Diante dessa situação, uma parcela significativa não permaneceu passiva. Pelo contrário, organizou-se e levou adiante várias formas de protesto, estimulando os movimentos de mobilização racial (negra) no Brasil. Inicia-se uma luta por direitos iguais, luta articulada por diversos atores e setores da sociedade que foram denominados de movimento negro. Para Gomes (2017), o movimento negro desempenha a função de ressignificar e politizar afirmativamente a ideia de raça, questionando assim a própria história do Brasil e da população negra em nosso país. A principal bandeira desse movimento é a educação, por isso, segundo a mesma autora, o Movimento Negro Educador é produtor, sistematizador e articulador de um pensamento que busca subverter a teoria educacional, repensando a escola e descolonizando os currículos.

Os objetos e também as fontes analisadas neste estudo são de autoria Eliane Marta Teixeira Lopes e Ana Maria de Oliveira Galvão (2001), Maria Lucia Spedo Hilsdorf (2003), Maria Stephanou e Maria Helena Camara Bastos (orgs.) (2005), Cynthia Greive Veiga (2007) e Paulo Ghiraldelli Jr. (2006), escolhidos por abordarem a história da educação brasileira. Esta pesquisa se situa no quadro dessas inquietações e, por isso, adotamos a metodologia de cunho bibliográfico, com abordagem qualitativa, que segundo Gil (2007, p. 31) “[...] não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, um fato, uma organização entre outros”.

Estamos considerando que, não obstante a Lei 10.639 de 2003, que altera a referida LDB; as substantivas contribuições dos movimentos sociais que se articulam em torno da causa antirracista e na defesa da preservação do patrimônio cultural africano e afro-brasileiro; as muitas pesquisas produzidas no interior dos programas de pós-graduação em educação; e a Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), que focalizam o tema da história dos negros e afrodescendentes; certificamos que os referidos manuais não apropriaram esse debate aos respectivos textos.

A análise buscou explicitar e compreender historicamente a ausência do debate nos respectivos manuais didáticos a partir do diálogo com a produção contemporânea de autores, com trabalhos bastante relevantes na área, tais como Marcus Vinícius Fonseca (2007, 2016), Nilma Lino Gomes (2007, 2017), Petrônio Domingues (2007, 2008) e Surya Aaronovich

Pombo de Barros (2015). Estamos afirmando que esta ausência causa uma invisibilidade ainda maior dessa parcela da sociedade. A partir dessas análises, permanecem alguns questionamentos que precisam ser destacados, tais como: esses professores trabalharão esses conteúdos com os discentes se sua formação ainda está defasada? Como exigir que a Lei 10.639/03 seja aplicada em sua totalidade? Por meio de quais mecanismos podemos questionar essa lacuna de conteúdos existentes no currículo da formação de professores?

Por fim, compreendemos que existe uma urgência na introdução e renovação desses conteúdos, entretanto, é apenas uma das atividades necessárias para dar visibilidade e valorizar a identidade negra. Para que essa modificação de fato aconteça e os conteúdos sejam abordados em sala de aula, tanto o professor quanto o aluno precisam desejar inseri-los nos debates educativos, visto que a referida lei se faz presente através dos sujeitos. Consequentemente, mesmo que as ações fomentadas pelas políticas públicas promovam discussões dentro das instituições de ensino, cabe ao sujeito, no caso o professor, pesquisador e autor não negligenciarem sua existência, bem como o debate existente, seja nas universidades ou na sociedade civil mais ampla, como percebemos na maioria dos manuais.

**Palavras-chave:** Manuais Didáticos; História da Educação; Culturas afro-brasileiras; Lei 10.639/03.

#### FONTES DA PESQUISA

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da educação brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2007.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da educação: o que você precisa saber sobre**. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. **Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. I, I e II: séculos XVI-XVIII**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de Barros. **O Estado da Arte da Pesquisa em História da Educação da População Negra no Brasil**. Vitória/ES: SBHE/Virtual Livros, 2015. Coleção Documentos da Educação Brasileira. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/e-books/sbhe-paraiba/sbhe-03/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

DOMINGUES, Petrônio. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação** v. 13 n. 39 set./dez. 2008.

FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo. **A História da Educação**

**dos Negros no Brasil**. EDUFF, Niterói, 2016).

FONSECA, Marcus Vinícius. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 13, jan./ abr. 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade e Currículo. In: BEAUCHAMP, Janete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica: 2007.

\_\_\_\_\_. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.